

3.º BIMESTRE - 2013



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA DE ENSINO  
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO

# H8

## GINÁSIO CARIOCA

ESCOLA MUNICIPAL: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_ TURMA: \_\_\_\_\_



**EDUARDO PAES**  
PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

**CLAUDIA COSTIN**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**REGINA HELENA DINIZ BOMENY**  
SUBSECRETARIA DE ENSINO

**MARIA DE NAZARETH MACHADO DE BARROS VASCONCELLOS**  
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO

**ELISABETE GOMES BARBOSA ALVES**  
**MARIA DE FÁTIMA CUNHA**  
COORDENADORIA TÉCNICA

**ILMAR ROHLOFF DE MATTOS**  
CONSULTORIA

**JAIME PACHECO DOS SANTOS**  
**ROBERTO ANUNCIÇÃO ANTUNES**  
ORGANIZAÇÃO

**JOSÉ DA SILVA SILVEIRA**  
ELABORAÇÃO

**CATARINA HARRIET MACHADO VASCONCELLOS**  
**CARLA DA ROCHA FARIA**  
REVISÃO

**DALVA MARIA MOREIRA PINTO**  
**FÁBIO DA SILVA**  
**MARCELO ALVES COELHO JÚNIOR**  
DESIGN GRÁFICO

**EDIOURO GRÁFICA E EDITORA LTDA.**  
EDITORAÇÃO E IMPRESSÃO

# ERA UMA VEZ...UMA CORTE EUROPEIA NA AMÉRICA PORTUGUESA



No início do século XIX, a Europa vivia uma situação de muita tensão. A França de Napoleão Bonaparte dominava grande parte do continente, mas um grande rival continuava a impedir a concretização do plano do imperador francês: a Inglaterra.

Pretendendo derrotar a Inglaterra, o governante francês arriscou uma jogada decisiva: decretou o **Bloqueio Continental**, em 1806. Desde então, todas as nações europeias estavam proibidas de manter relações comerciais com as ilhas britânicas. Napoleão pretendia, desta maneira, enfraquecer a economia inglesa e obrigar a Monarquia daquele país a se render.

Para realizar esse plano, Napoleão obrigou a adesão do imperador da Rússia ao bloqueio e determinou a invasão de Portugal e Espanha. Após a derrubada do rei espanhol e o fechamento dos portos da Espanha ao comércio com a Inglaterra, restava o Reino de Portugal.

## Recapitulando...

1. O que foi o Bloqueio Continental?

.....

.....

2. Qual o objetivo do governo da França com o Bloqueio?

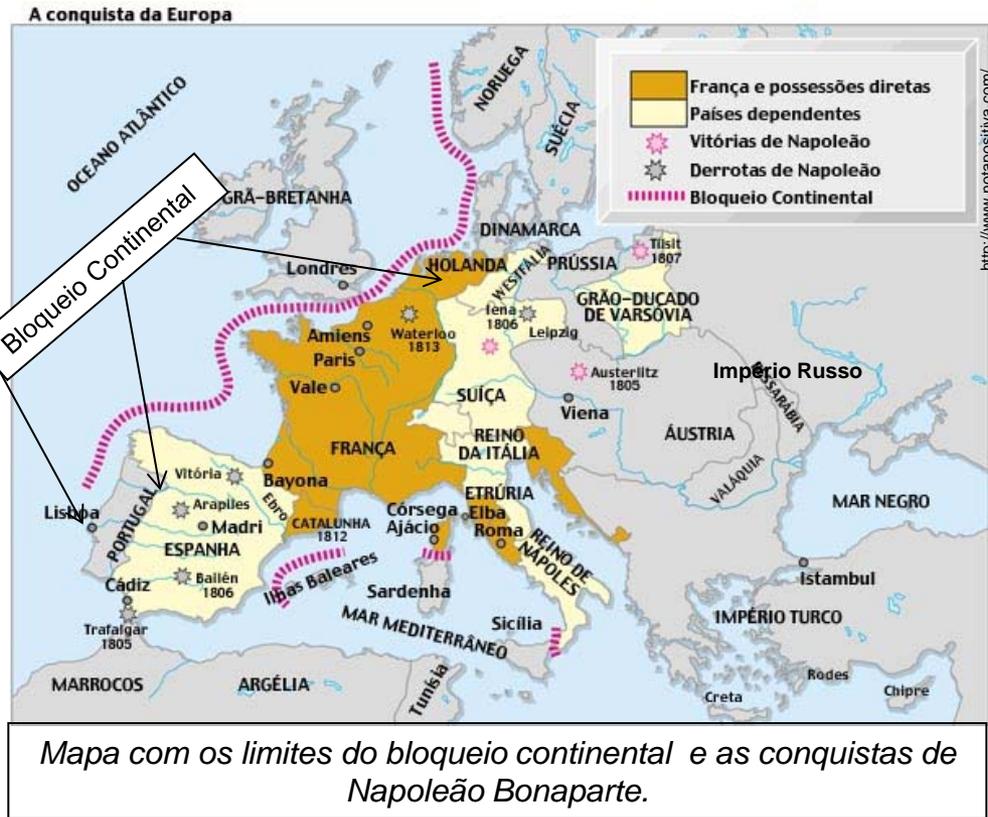
.....

.....

3. O que fez Napoleão com o Império Russo e com a Espanha para garantir o sucesso desse plano?

.....

.....





A Corte Portuguesa mostrava-se indecisa. O Príncipe regente D. João sabia que, caso Portugal não aderisse ao Bloqueio Continental, ele poderia ter um destino semelhante ao do rei espanhol. Mas sabia também que se traísse a Inglaterra, sua antiga aliada, a esquadra inglesa invadiria sua principal colônia: a América portuguesa (que alguns denominavam Brasil). O mesmo acontecia com os principais conselheiros de D. João: uns defendiam a adesão aos planos de Napoleão Bonaparte; outros defendiam que a Corte portuguesa deveria se transferir para a América. A Corte encontrava-se dividida!

Quando, em novembro de 1807, as tropas napoleônicas cruzaram a fronteira espanhola, invadindo o território português, a Família Real e a maior parte da nobreza embarcaram às pressas, fugindo em direção à América portuguesa, sob a escolta da esquadra inglesa.

4. Explique o motivo de Portugal não atender às ordens de Napoleão.....  
.....  
.....

5. O que fizeram a Família Real e a nobreza de Portugal quando souberam da chegada dos franceses?  
.....  
.....

6. Escreva uma legenda para a ilustração acima, no espaço abaixo.

Visite a





Aprendendo um pouco mais...

Leia o que escreveu a historiadora Marieta Pinheiro de Carvalho:

*Pois naquele fim de 1807, o que se viu foi uma fuga. Uma fuga em massa de nobres que se apinharam no porto em busca de lugares nas naus que rumariam para o Brasil. Vários atropelos aconteceram: bagagens ficaram em terra, pertences de pessoas que não viajariam foram parar nos navios, parentes foram separados durante a viagem.*

*Historiadores do século XX demonstram que a transferência da Corte apesar de confusa não foi improvisada. Cogitada em diversas outras ocasiões, a mudança deve ser entendida de acordo com a política externa lusitana do período.*

*Longe de ter sido uma fuga impensada, a transferência da sede do governo português para seus domínios americanos possibilitou a permanência do trono de Portugal nas mãos da Casa de Bragança.*

Adaptado de: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/a-unica-saida>

Atividade:

1. A historiadora Marieta Pinheiro de Carvalho afirma que a fuga da família real realmente aconteceu, mas não foi de forma impensada.

Retire do texto como a historiadora explica a saída para o Brasil.

.....  
.....  
.....  
.....

2. Na opinião da historiadora, que benefício trouxe essa transferência para a Corte portuguesa?

.....  
.....  
.....

3. Analisando esse fato histórico, você acha que a fuga da Família Real e da Corte foi uma retirada covarde ou uma retirada estratégica? Justifique sua opinião.

.....  
.....  
.....



**Estudar História não é apenas decorar nomes, datas ou fatos mas, sobretudo, pesquisar sobre eles, conhecer mais de uma opinião, interpretação ou versão dos acontecimentos e com todo esse material, pensar e chegar às suas próprias conclusões.**

**Portanto, o conhecimento histórico é construído e você pode fazer parte dessa construção!**

O que mais nos diz a historiadora Marieta Pinheiro de Carvalho:

*Transplantar o rei de Portugal para o Brasil e fundar aqui um “poderoso império” foi um plano cogitado em momentos de instabilidade política do governo português. (...) No século XVI, na época da União Ibérica (quando a Espanha incorporou Portugal ao seu domínio), os portugueses pensaram em enviar um representante para o Brasil e constituir um Império. (...) A instabilidade continental europeia, que atravessou todo o século XVIII, fez com que o mesmo plano fosse pensado.*

Trecho adaptado de: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/conteudo-complementar/uma-ideia-fixa>

## Recapitulando...

1. Segundo a historiadora, a ideia de transferir o rei de Portugal para o Brasil era recente em 1807? Justifique sua resposta:

.....  
.....  
.....

Será que o príncipe D. João vai aderir à ideia de ficar no Brasil?

O que isso poderia trazer de bom e de ruim para a colônia?

Como os portugueses reagiram a essa nova situação?

É o que você verá a seguir!

O artigo acima e outros textos podem ser encontrados na Revista de História da Biblioteca Nacional, Ano 3, nº 8 que você pode encontrar na Sala de Leitura. Você também pode conversar com seu Professor a respeito dessa publicação.



[www.revistadehistoria.com.br](http://www.revistadehistoria.com.br)

# Espaço criação

Imagine que você é um correspondente do Jornal de Lisboa no ano de 1807. Faça uma reportagem, relatando os acontecimentos em Portugal até a partida da Família Real para Rio de Janeiro. Lembre-se de escrever o título.

Observe a pintura sobre a partida da Família Real e da Corte para a América, releia os textos das páginas anteriores e seu livro didático para escrever a sua reportagem.

Visite a



<http://www.instituto-camoes.pt/revista/revista11.htm>

Embarque de D. João, Príncipe Regente de Portugal, para o Brasil, em 27 de novembro de 1807. Nicolas Louis Albert Delerive, 1807-1818. Óleo sobre tela. Lisboa, Museu Nacional dos Coches.





## A CORTE PORTUGUESA NO RIO DE JANEIRO



Cruzar o Atlântico rumo à América não foi nada fácil para a Corte portuguesa que passou, aproximadamente, dois meses navegando. Enfrentaram duas fortes tempestades, calor, alimentos mal conservados, racionamento de água, infestação de insetos etc., para chegar a sua principal colônia.

Uma parte da esquadra fez uma parada na cidade de Salvador, na Bahia. Lá, D. João tomou uma importante medida: a **abertura dos portos** da colônia principalmente aos EUA e à Inglaterra. Tal medida significou o fim do monopólio comercial (prática mercantilista) e o início da liberdade comercial (liberalismo econômico).

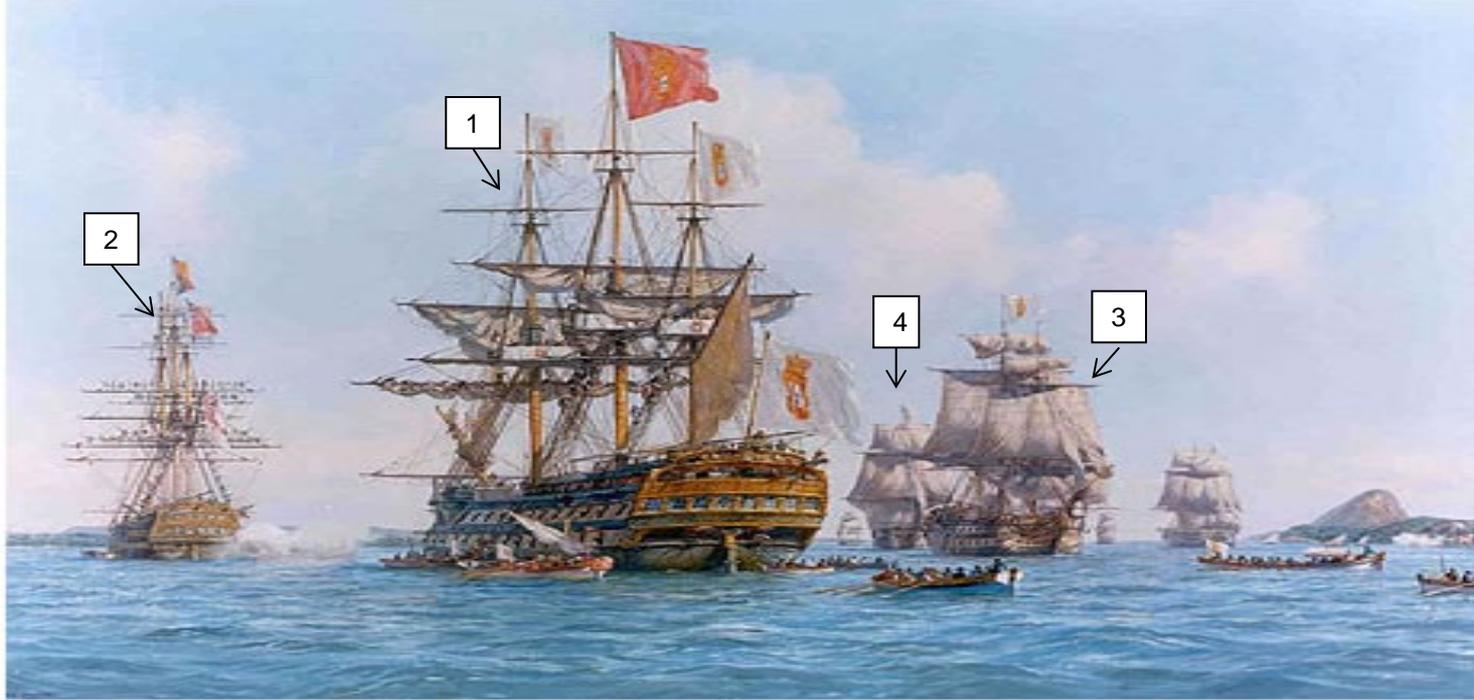
De Salvador, o navio que transportava o Príncipe Regente rumou para o Rio de Janeiro. A chegada à cidade foi uma grande festa, as pessoas aglomeraram-se no porto e nas principais ruas da cidade para acompanhar o desembarque da Família Real, que seguiu em procissão até a Catedral, onde, após uma missa em ação de graças, o rei concedeu o primeiro **beija-mão**. Estava assim inaugurada uma prática que depois ocorreria inúmeras vezes.

### GLOSSÁRIO:

**beija-mão** - cerimônia pública que lembrava aos súditos o papel paternal e protetor do rei;

**infestação** - proliferação, crescimento excessivo;

**monopólio** - referente ao poder concentrado nas mãos de uma pessoa ou autoridade (mono = um).



<http://nobrasil.wordpress.com/>

Quadro de Geoff Hunt de 1999, da coleção particular de Kenneth Light, retrata a chegada das naus de linha que trouxeram a família real ao Rio de Janeiro em 1808.

Não sabemos como foi a chegada da comitiva real à Baía de Guanabara, às vésperas do desembarque no Rio de Janeiro, em 7 de março de 1808, mas 191 anos depois, isto é, em 1999 foi pintado um quadro que procura retratar esse momento.

Na tela, a maior nau é a *Príncipe Real* (1), com 104 passageiros e nada menos de 950 tripulantes. Lá estavam a rainha D. Maria (a bandeira do navio não é a de Portugal, mas a da rainha), o príncipe D. João e seu filho D. Pedro. As velas estão se fechando e uma das âncoras já foi baixada. À sua esquerda, já com as velas fechadas, a nau *Marlborough* (2), da escolta inglesa, dispara uma salva de canhão. À direita, a embarcação Afonso de Albuquerque (3), onde estavam D. Carlota Joaquina e quatro filhas. Atrás, o futuro conde da Barca vinha na *Medusa* (4), escoltada pela fragata inglesa *Urania*.

“Não existia nenhuma imagem sobre a chegada ao Rio, a não ser em dois pequenos leques comemorativos”, diz Kenneth Light, satisfeito com o resultado da pintura encomendada. Por sinal, era para ser apenas uma pequena aquarela, mas a impressão foi tão boa que ele decidiu financiar uma obra maior (cerca de 91cm X 68cm). A obra integra hoje sua coleção particular, mas circula por exposições em diversos museus do mundo.

#### GLOSSÁRIO:

**naus de linha** - navios de guerra, de alto porte, com três mastros e sessenta peças de artilharia, pelo menos.



O pesquisador Kenneth Light analisou durante nove anos os livros de quatro dos oficiais britânicos que escoltavam a frota de D. João. Com as informações recolhidas, convocou o pintor inglês Geoff Hunt, especialista em cenas náuticas, para recompor com precisão aquele momento. E bota precisão nisso: Light não se limitou a descrever a composição da esquadra, os tipos de embarcação e cada tripulação. Recolheu dados meteorológicos, estabelecendo as condições de luminosidade e vento daquela tarde (era uma lestada\*, sinal de tempo bom). De barco, percorreu vários pontos da Baía de Guanabara — com um aparelho de GPS (que dá a localização exata por um sistema de satélites) e fotografias, cruzou dados para saber a posição das naus, a partir dos relatos visuais dos viajantes sobre a geografia da cidade.”

Adaptado de <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/em-dia/flagrante-retroativo>

\* lestada - vento forte que sopra do leste.

Atividades:

1. Você acha que o quadro de Geoff Hunt pode ser considerado um registro histórico para o estudo da chegada da Família Real ao Rio de Janeiro? Por quê?

.....  
.....  
.....

2. Em que informações o pesquisador Kenneth Light se baseou para montar sua pesquisa e assim informar ao pintor Geoff Hunt, as condições mais próximas da realidade da chegada em 1808?

.....  
.....  
.....

3. Por que, apesar de não ser da época, o texto diz que o quadro circula por diversos museus?

.....  
.....  
.....

4. A partir da leitura do texto e da observação do quadro que detalhe você achou mais interessante?

.....  
.....  
.....

5. Você gostaria de ver esse quadro ao vivo? Por quê?

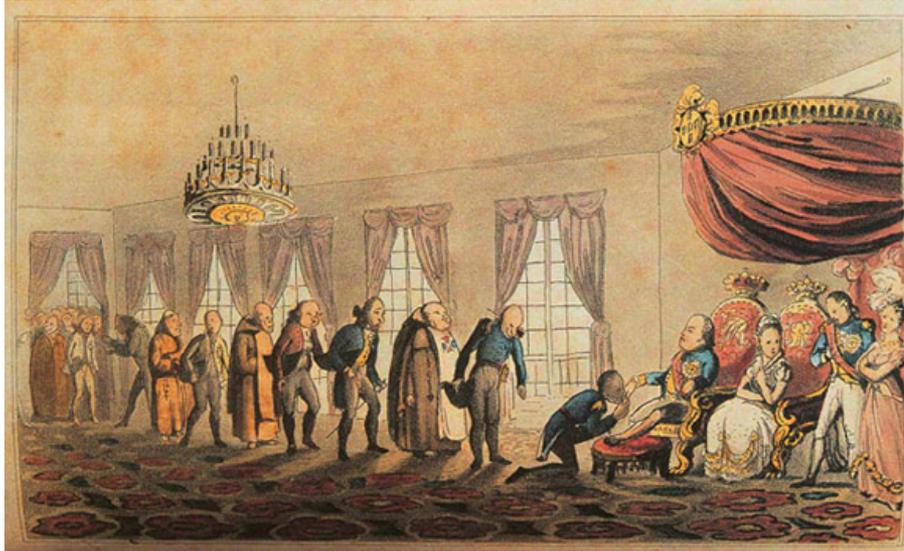
.....

Em nossa cidade temos muitos museus e centros culturais que expõem quadros tão importantes como esse. Que tal conhecê-los? Converse com seu Professor/a, pesquise em jornais e na internet, anote alguns endereços e sites interessantes e boa visita!

## MEDIDAS TOMADAS PARA INAUGURAR O IMPÉRIO DO BRASIL



Quando a Corte se instala no Rio de Janeiro tem como objetivo restaurar o Império português. Para tanto D. João toma uma série de medidas que mudaram a Colônia e, principalmente, o Rio de Janeiro. Destacam-se: em abril de 1808, D. João revogou os decretos que proibiam a instalação de manufaturas na Colônia, isentou de tributos a importação de matérias-primas destinadas à indústria, ofereceu subsídios para as indústrias de lã, de seda e de ferro, incentivando a introdução de novas máquinas. Criou, também, no mesmo ano, a Biblioteca Real, o Banco do Brasil, a Escola de Marinha, mandou aclimatar novas espécies de plantas no Real Horto para incentivar a agricultura e fundou a Imprensa Régia, onde foi editado o primeiro jornal do Brasil – a Gazeta do Rio de Janeiro.



<http://ndigital.bn.br/edememoria>

O Príncipe Regente D. João e o beija-mão real, no palácio de São Cristóvão.

### Os “amigos do rei”

Funcionários e comerciantes percebiam como era fundamental estarem próximos à Corte. Era ela que lhes dava empregos, possibilitava negócios, concedia títulos de nobreza, assegurava proteção e prestígio social. Muitos moradores da capitania do Rio de Janeiro e áreas vizinhas logo perceberam isso, e passaram a vir para a cidade – alguns até chegaram a fixar residência nela - para poderem usufruir as mesmas vantagens.

Enriquecidos, enobrecidos e protegidos pela Corte, funcionários, comerciantes e proprietários de escravos e terras viam com satisfação a presença da Corte no Rio de Janeiro e defendiam a existência do novo império.

Os “amigos do rei” dominavam a Corte. A Corte parecia só existir para atender seus interesses. Mas isso não agradava a todos. Muitas pessoas também estavam descontentes.

Na cidade, inúmeras pessoas comentavam ser a Corte “corrupta, infame e depravada”. Dizia-se que o Rio de Janeiro tinha se tornado uma “nova Lisboa”, dominada pelos “**portugueses**”, que oprimiam os “brasileiros”.

Adaptado de O Rio de Janeiro, capital do reino. Ilmar Mattos, Luís Afonso Albuquerque e Selma Mattos p.24/ 25.

“**Portugueses**”, nesse contexto, significava todos, brasileiros ou portugueses, que de alguma forma se beneficiavam da proximidade e dos favores do príncipe D. João.



Um inglês que passou pelo Rio de Janeiro, nesse período, denominou D. João como *“pai do seu povo”*, que admitia *“perante si os mais humildes dos seus súditos e escutava as suas súplicas”*. Essa estratégia fazia parte de sua política de atrair a simpatia do povo. Relatos contam que D. João chegava a atender cerca de 150 pessoas por dia, não só da camada mais humilde da população mas também alguns membros da elite. Adaptado de <http://bndigital.bn.br/redememoria/joaovi.html>



[www.jbrj.gov.br](http://www.jbrj.gov.br)

### O Real Horto

O Real Horto (atual Jardim Botânico), foi criado como um jardim de experimentos científicos. Nele se pretendia aclimatar todo o tipo de planta que pudesse ter produção comercial ou uso prático em farmácia, tinturaria ou outro tipo de indústria. Foram aclimatadas *especiarias* como a canela, o cravo-da-índia, a pimenta do reino, o chá, assim como frutas, entre elas o abacate, a manga, a carambola e também mudas de pés de café.

A produção de alimentos também foi desenvolvida, pretendendo-se incrementar as atividades agrícolas no novo reino e abastecer a capital.



[www.jbrj.gov.br](http://www.jbrj.gov.br)

E hoje, qual a função do Jardim Botânico?

É apenas um lugar para passear?

Visite-o e descubra um lugar de passeio, diversão, pesquisa, estudos e muita cultura.

Procure o endereço, horários de visitação e outras informaçoes no site do Jardim Botânico do Rio de Janeiro - <http://www.jbrj.gov.br>

Combine com sua família e amigos e faça uma visita ao Jardim Botânico!



<http://www.jbrj.gov.br>

## A Vida na Corte. Transformações na cidade do Rio.

A vinda da família real para o Brasil mudou, também, a fisionomia do Rio de Janeiro. A cidade que os estrangeiros acharam suja, feia e malcheirosa começou a se expandir e cuidar de sua aparência, abrindo-se às modas europeias.

Para zelar pela segurança, pelo policiamento e pelo abastecimento da cidade, foi criada, ainda em 1808, a Intendência de Polícia, encarregada de todos os serviços de melhorias, limpeza e embelezamento da cidade.

Nessa época foram construídos chafarizes para o abastecimento de água, pontes e calçadas; abriram-se estradas e novas ruas; foi instalada a iluminação pública; passaram a ser fiscalizados os mercados e matadouros; organizadas as festas públicas etc. Essas melhorias eram realizadas, muitas das vezes, com a contribuição dos ricos moradores, que recebiam em troca benefícios materiais e títulos de nobreza do príncipe regente.



JOHAN JACOB STEINMANN - LARGO DO PAÇO - AQUARELA

<http://virzonair.com/biblioteca>



Jean Baptiste Debret, Teatro de São João, inaugurado no Rio de Janeiro em 1813, Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, 1834.

<http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Debret>

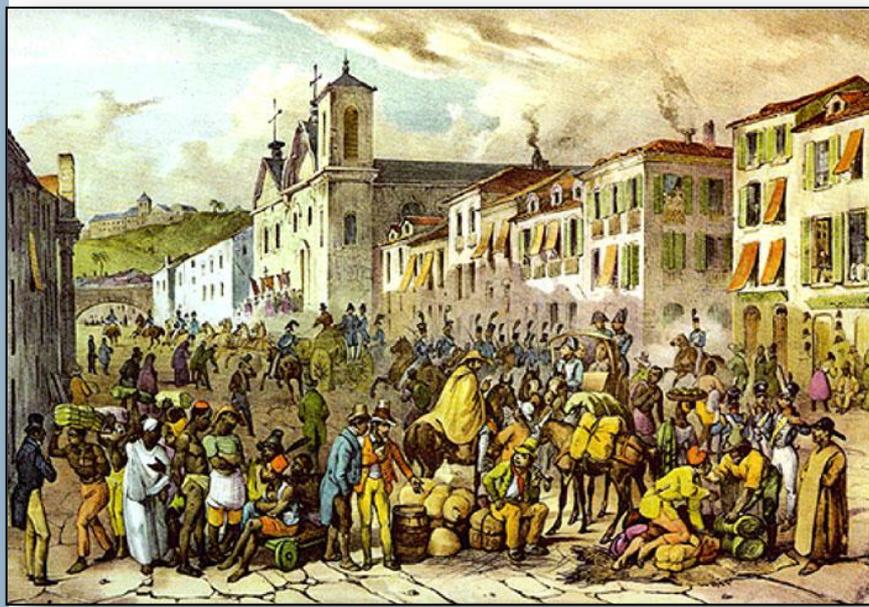


Também mudavam os costumes das famílias. As mulheres, até então reclusas, passaram a frequentar os espaços públicos, como as ruas e os teatros e, também, vez por outra passaram a se dedicar à leitura de livros e ao estudo de outros idiomas, especialmente o francês. Multiplicavam-se as lojas de modas e os salões de cabeleiros, frequentados por senhoras ricas, que não queriam **fazer feio** diante das damas da Corte.

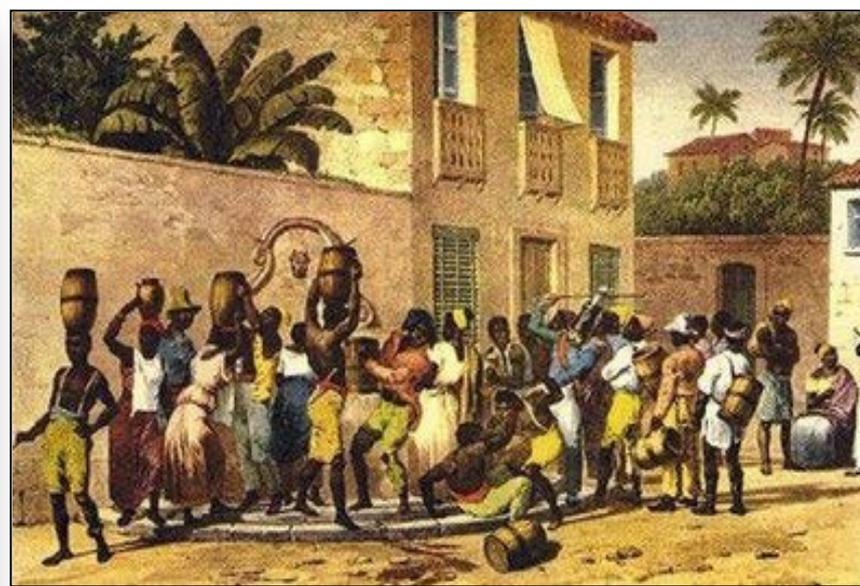
<http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Debret>



D. João, o príncipe-regente, também permitiu, a qualquer pessoa, a abertura de escolas de primeiras letras, na maioria das vezes funcionando na casa do próprio professor. Os filhos das famílias mais abastadas eram educados, em suas casas, por preceptores (professores particulares). Permanecia, entretanto, o trabalho escravo, utilizado em quase todas as atividades desenvolvidas nas ruas, nas lojas e armazéns, nos portos e estradas, nas casas, sobrados e chácaras das cidades e nas fazendas do interior.



RUA DIREITA (ATUAL PRIMEIRO DE MARÇO), NO RIO DE JANEIRO.  
OBRA DE JOHAN MORITZ RUGENDAS.



CARREGADORES DE ÁGUA, DE JOHAN MORITZ RUGENDAS.

<http://www.portaldoprofessor.mec.gov.br>

### Recapitulando...

1. Escreva três mudanças importantes realizadas pelo governo de D. João em 1808.

.....  
.....  
.....

2. Qual o objetivo da criação do Real Horto por D. João?

.....  
.....  
.....

3. Que melhorias a cidade recebeu que facilitaram a vida dos moradores da cidade?

.....

.....

.....

4. Que mudanças de hábitos a vinda da corte também trouxe aos moradores do Rio de Janeiro?

.....

.....

.....

5. Que mudanças ocorreram na educação com a chegada da Corte?

.....

.....

.....

6. Por que muitos ricos, comerciantes e fazendeiros, contribuíam com o governo de D. João na realização de obras públicas?

.....

.....

.....

7. Escreva algo que não foi alterado no Brasil, mesmo com tantas mudanças promovidas pela Corte.

.....

.....

.....

### Rio de Janeiro: a “nova Lisboa” e as transformações no país.

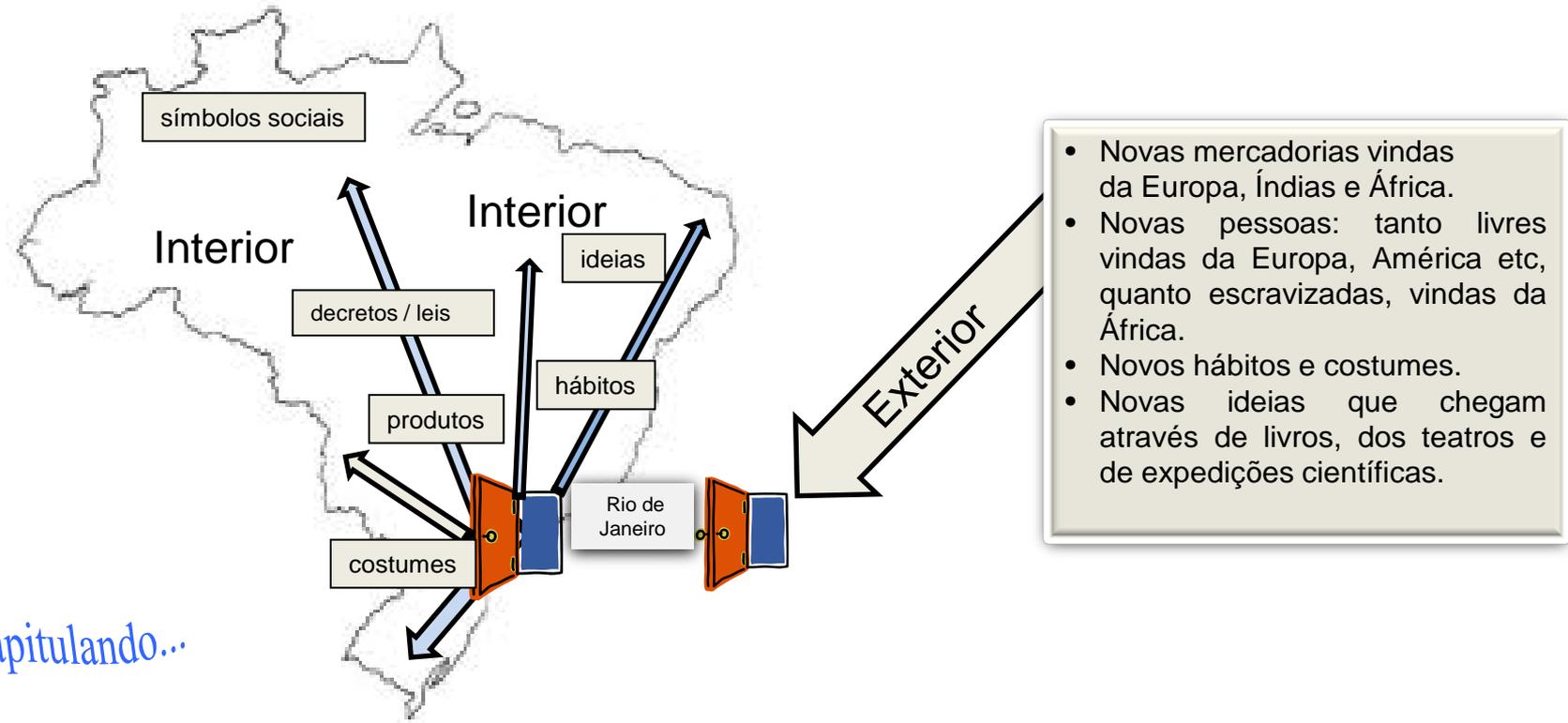
Como escreveu o historiador Ilmar Rohloff de Mattos, “a instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro em 1808, e o projeto de refundação\* do Império Português nos trópicos provocaria transformações nos papéis e funções atribuídos àquela cidade colonial na América portuguesa”.



<http://www.portaldoprofessor.mec.gov.br>



Com a elevação da Cidade do Rio de Janeiro à capital do Império Português, suas funções foram ampliadas como centro administrativo do Império e também como porto principal da América portuguesa. Com essas duas funções importantes, era como se o Rio de Janeiro, segundo uma comparação feita pelo Prof. Ilmar, possuísse “duas portas imaginadas”: a que se abre para o exterior, para outras partes do mundo e outra porta que se abre para o interior da colônia, para o “sertão”.



Recapitulando...

1. Qual era a principal porta de entrada do Brasil para as novidades vindas de países do exterior?  
.....
2. Com o estabelecimento da Corte, no Rio de Janeiro, que funções a cidade passou a desempenhar no Império Português?  
.....  
.....
3. Por que o historiador Ilmar Rohloff de Mattos compara o Rio de Janeiro a um espaço com duas portas?  
.....  
.....

# E OS PORTOS BRASILEIROS FICARAM ABARROTADOS DE MERCADORIAS INGLESAS



O decreto da *Abertura dos Portos (1808)* e a assinatura dos *Tratados de Comércio e Navegação e de Aliança e Amizade* em 1810, estabelecendo privilégios alfandegários aos produtos ingleses, consolidaram as relações entre os governos português e inglês. Ficou acordado que os produtos ingleses pagariam taxa de 15% enquanto os portugueses pagariam 16% e os outros países, 24%. A predominância comercial britânica, além de outras vantagens, levou os colonos portugueses a afirmar que os ingleses eram os **novos colonizadores**.

Observe o que diz um trecho dos tratados assinados entre Portugal e Inglaterra.

**“ [...] Todos os Gêneros, Mercadorias e Artigos, quaisquer que sejam da Produção, Manufatura, Indústria ou Invenção dos Domínios e Vassallos de Sua Majestade Britânica serão admitidos em todos e em cada um dos Portos e Domínios de Sua Alteza Real e Príncipe Regente de Portugal, tanto na Europa, como na América, África e Ásia [...] pagando geral e unicamente Direitos de Quinze por Cento [...]”**

MATOS, Ilmar R.; ALBUQUERQUE, Luis Affonso S. *Independência ou Morte: a emancipação política do Brasil*. São Paulo: Atual.1991.

http://mestresdahistoria



1 – Observe a charge ao lado e responda:

a) Por que os homens compraram os caixões? Alguém faleceu?

.....  
.....

b) Explique qual a crítica que está presente na charge.

.....  
.....

2 – Complete com as tarifas alfandegárias correspondentes. Portugal pagava taxas de \_\_\_\_ e a Inglaterra pagava apenas \_\_\_\_\_. Outros países \_\_\_\_\_.

3. Por que os portugueses afirmavam que os ingleses eram os “novos colonizadores” do Brasil?

.....  
.....  
.....

GLOSSÁRIO: **alfandegário** – relativo à repartição (alfândega).



## ENQUANTO ISSO, NA EUROPA...

- Em 1815, ruía em definitivo o Império de Napoleão. As tropas napoleônicas foram definitivamente derrotadas.
- Entre 1814 e 1815 acontecia o Congresso de Viena (Áustria), organizado pelos Estados europeus mais poderosos (Áustria, Rússia, Prússia e Inglaterra), com o propósito de redefinir fronteiras e de recuperar os territórios perdidos para Napoleão, além de tentar bloquear o avanço das ideias liberais e republicanas.
- As decisões do Congresso de Viena faziam com que D. João transformasse a condição político-administrativa do Brasil.



Com a derrota de Napoleão, muitos súditos de D. João achavam que ele deveria ter que retornar a Portugal. Mas muitos interesses o prendiam ao Rio de Janeiro: as instituições administrativas portuguesas, a proteção e favores do rei aos *amigos que defendiam com ardor a existência do novo império* e os prósperos negócios que muitos portugueses, vindos com a Corte, não queriam abandonar, além de um interesse pessoal de aqui permanecer. Então, em 16 de dezembro de 1815, o **Brasil deixa de ser colônia e passa a ser o Reino Unido a Portugal e Algarves.**

### Visite a



1 – Retire do texto as ideias principais do contexto pós-napoleônico.

.....

.....

.....

2 – Relacione o Congresso de Viena às transformações políticas ocorridas no Brasil em 1815.

.....

.....

.....

## A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817

A permanência da família real no Brasil era de interesse dos “amigos do rei”: proprietários de escravos e de terras, comerciantes e funcionários, principalmente da região centro-sul, pois os favores e privilégios concedidos pelo monarca português ajudaram o enriquecimento de seus “amigos”.

Já os habitantes das demais regiões do país, desde a instalação da Corte no Rio de Janeiro, viviam distantes do poder, mas tinham a obrigação de sustentá-lo com impostos e taxas.



ENGENHO NORDESTINO



O porto de Recife, com pouco movimento, indicava a decadência da economia pernambucana.

Esse sentimento de insatisfação era particularmente forte na atual região nordestina, a mais antiga área de colonização do Brasil, afetada pela crise da produção açucareira e algodoeira e pela seca de 1816.

Em Recife, capital da província de Pernambuco e um dos principais portos da região, o descontentamento era enorme. O sentimento generalizado era de que os “**portugueses da Nova Lisboa**” exploravam e oprimiam os “patriotas pernambucanos”.

Como analisa a historiadora Maria Odila Silva Dias “a fim de custear as despesas de instalação de obras públicas e do funcionalismo, aumentaram os impostos sobre a exportação do açúcar, tabaco e couros, criando-se ainda uma série de outras tributações que afetavam diretamente as capitanias do Norte(…)”

Maria Odila Leite da Silva Dias “A interiorização da metrópole”



Nesse contexto de tantas insatisfações e problemas, os proprietários de escravos e de terras, comerciantes e outros homens, livres mas pobres, organizaram o movimento que eclodiu em março de 1817. Após derrotarem as tropas defensoras do governo local, os revolucionários formaram um governo provisório composto por cinco membros. Além disso, enviaram emissários que difundiriam o movimento em outras capitanias do Brasil e em algumas nações europeias.

Logo que soube do ocorrido, o governo de D. João organizou tropas na Bahia e no Rio de Janeiro com o objetivo de reprimir o movimento. Enquanto as tropas terrestres tomavam as regiões do interior, a cidade do Recife foi cercada por embarcações que interromperam a comunicação da capitania com outras regiões. Os líderes acabaram sendo presos e executados. Dessa forma, o governo português, com sede no Rio de Janeiro, preservava o seu poder político e se impunha através da força.



www.brasilescola.com

Em 1817, no Campo das Princesas, em Recife, os revoltosos dominaram o antigo Palácio do Governo.



www.brasilescola.com

Grupos de diversas origens se misturam nas ruas do Recife.



www.brasilescola.com

Investigação e Julgamento do Padre Miguelinho, participante da Revolução de Pernambuco e que morreu fuzilado.

## Visite a



# Educopédia



1. Vimos que a instalação e a permanência da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro provocou mudanças na cidade, com a concentração do poder político e econômico na região centro-sul.

a) De acordo com o texto, como se sentiam os habitantes das outras regiões da América portuguesa?

.....

.....

b) Por que no “Norte” (atual região nordeste) o sentimento de insatisfação era maior?

.....

.....

c) Por que a cidade do Rio de Janeiro era chamada pelos nortistas de “**a nova Lisboa**”? Em sua opinião eles falavam como um elogio ou uma ironia? Por quê?

.....

.....

.....

.....

d) O que aconteceu em Pernambuco em 1817? Como ficou conhecido o movimento?

.....

.....

.....

.....

e) Qual a reação da Corte do Rio de Janeiro?

.....

.....

f) Como terminou o movimento?

.....

.....

.....

g) Em sua opinião, porque a Corte portuguesa reagiu com rapidez e violência à Revolução Pernambucana?

.....

.....

.....

.....

# A REVOLUÇÃO DO PORTO

O tempo foi passando e D. João ainda permanecia no Rio de Janeiro, mesmo após 1815, quando Napoleão foi definitivamente derrotado na Europa e já não se constituía um perigo para os portugueses.

Tal atitude de D. João desagradou aos que viviam em Portugal, insatisfeitos com a ausência de seus governantes, com a predominância do Rio de Janeiro como Reino Unido, além dos prejuízos causados a Portugal.

Ainda na Europa ocorriam várias revoluções de caráter liberal, defendendo governos constitucionais, liberdades individuais e igualdade jurídica.

Um movimento revolucionário foi iniciado em agosto de 1820 na cidade do Porto e espalhou-se rapidamente para outras regiões do país até chegar à capital, Lisboa. Foi a **Revolução Liberal do Porto**.

As Cortes portuguesas formaram um governo liberal no país, subordinando a Coroa ao Legislativo (isto é, criando uma monarquia constitucional) e garantindo direitos aos cidadãos portugueses. As Cortes também defendiam a volta imediata do rei para Portugal e o restabelecimento do monopólio comercial sobre o Brasil.

No Brasil, a situação de D. João ficou insustentável e ele não teve como adiar a volta para Portugal. Deixou em seu lugar, como príncipe regente, seu filho primogênito, o príncipe D. Pedro, cujo nome completo era Pedro de Alcântara Francisco António João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon.

D. João não partiu sem antes **limpar** os cofres do Banco do Brasil. D. Pedro teria dificuldades financeiras para reger o Brasil.



REUNIÃO DAS CORTES, EM LISBOA.



PRÍNCIPE REGENTE D. PEDRO.

## O PROCESSO DA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA



Eram muitos conflitos para o príncipe regente administrar: as pressões recolonizadoras das Cortes de Portugal, a crise financeira, os conflitos entre os “portugueses” do Rio de Janeiro e aqueles de Portugal, tropas leais a Portugal, estabelecidas no Rio de Janeiro, os interesses dos grandes fazendeiros, as insatisfações das províncias do Norte e do Nordeste. A agitação do cenário político no Brasil fez surgir grupos políticos com interesses conflitantes no Rio de Janeiro.

### **PARTIDO PORTUGUÊS**

Formado principalmente por grupos que defendiam o retorno de D. Pedro para Portugal e a aplicação das decisões da Revolução do Porto no Brasil.



### **PARTIDO BRASILEIRO**

Formado por grupos políticos que se uniram para combater a recolonização do Brasil por Portugal, embora houvesse os que apoiavam uma monarquia constitucional.

À medida que as decisões das Cortes não deixavam dúvidas sobre a recolonização, a ideia de independência ganhava força. Após receber uma série de cartas vindas da Corte portuguesa, com medidas que o príncipe regente D. Pedro deveria obedecer, em 7 de setembro de 1822, o rompimento efetivo com o Reino português foi formalizado com o Ato do Ipiranga. Nesse momento histórico, o príncipe regente declara a separação definitiva entre os dois reinos.

### Recapitulando...

1. Quais os objetivos da revolução ocorrida em 1820 na cidade do Porto (Portugal)?

.....  
.....  
.....

2. Por que o texto afirma que os grupos políticos do Brasil (Partido Português e Partido Brasileiro) tinham interesses conflitantes? Quais eram esses interesses?

.....  
.....  
.....

3. Com o Ato da Independência, o interesse de que grupo prevaleceu? Por quê?

.....  
.....

**VER É APRENDER:**

“**Governar é fazer crer**”. Essa famosa frase de Maquiavel (um pensador italiano do século XVII) em seu livro **O Príncipe**, destaca as relações políticas que existem entre o **imaginário e o poder**. Isto é, considera que o poder é construído na medida em que as pessoas acreditam que esse alguém tem poder.

Para isso, certas representações, símbolos e valores sociais são difundidos, mostrando que o poder não se impõe unicamente por meio da força, mas também pelas relações estabelecidas e percebidas na própria sociedade.

Observe essa pintura...



É o quadro **Grito do Ipiranga**, de Pedro Américo. Esse quadro é um dos símbolos da proclamação da Independência do Brasil, que é comemorada em 7 de setembro. A imagem, no entanto, não é exatamente uma fotografia do momento em que D. Pedro recebeu a carta que o deixou irado e o teria levado a pronunciar a frase: “Independência ou Morte”. Pedro Américo terminou a pintura do quadro em Florença, na Itália. A tela ficou pronta em 1888, e segundo o historiador Alfredo Boulos Júnior, “*trata-se de uma pintura histórica, encomendada pelo governo de D. Pedro II para exaltar D. Pedro I e rememorar o nascimento da nação e do Império Brasileiro.*”



www.museudacidade.sp.gov.br

No alto, "**Independência ou Morte**" (1888), mais conhecido como "**O Grito do Ipiranga**", óleo sobre tela de **Pedro Américo** (1843-1905). Acima, a identificação dos personagens principais em cena: 1. Sargento-mor Antonio Ramos Cordeiro; 2. Paulo Bregaro; 3. Francisco Gomes da Silva, o Chalaça; 4. Antônio Leite Pereira da Gama Lobo; 5. Brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão; 6. Luís Saldanha da Gama; 7. **Dom Pedro I**; 8. Capitão-mor Manoel Marcondes Mello; 9. Pedro Américo (o pintor se coloca na cena); 10. Casa do Grito; 11. **O rio Ipiranga**; 12. **Um tropeiro e sua tropa de mulas**.

Naquele período, as mulas e jumentos eram os animais utilizados para as viagens de longas distâncias. Por isso é possível levantar a hipótese de que D. Pedro I e seus acompanhantes estivessem em mulas ao invés de imponentes cavalos como é retratado na tela acima. Outro aspecto intrigante é que, em 7 de setembro de 1822, nem sequer fora criada ainda a Guarda Imperial. O que deveria ser visto na tela, na realidade, seriam grupos financiados por proprietários de escravos e de terras, oriundos principalmente das províncias de Minas e São Paulo, que prestavam apoio ao regente, em forma de grupos armados e não de um exército ou Guarda Imperial como é mostrado no quadro.



Observa-se, ainda, ao fundo da cena (10), uma casa. Também fruto da imaginação de Pedro Américo, pois a mesma, em 1822, não existia. Ela foi construída anos mais tarde, por volta de 1850. Mas a construção foi eternizada pelo quadro e passou a ser conhecida por todos como “A Casa do Grito”.

No canto esquerdo da tela, temos alguns tropeiros que contemplam o episódio. Não sabemos a intenção do artista ao pintá-los, mas podemos tranquilamente estabelecer uma relação dos tropeiros com o povo brasileiro e seu papel no processo de independência do Brasil. Isto, de modo idealizado, pois a Independência do Brasil não foi um ato que contou com uma forte participação popular.

Compare o quadro de Pedro Américo (1) com a pintura **1807, Friedland** (2) do artista francês Jean-Louis Ernest Meissonier, pintado em 1875 e que retrata a vitória de Napoleão Bonaparte na Batalha de Friedlândia. Você percebe alguma semelhança entre as pinturas?

Escreva duas semelhanças que você observa nos quadros:

.....  
.....  
.....  
.....  
.....

Para saber mais, acesse

<http://www.historiaporimagem.com.br/2011/09/o-grito-do-ipuranga-independencia.html>  
e  
<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/perspectiva/a-invencao-do-grito>  
ou leia a Revista de História da Biblioteca Nacional nº 5, novembro de 2005.

1



2



## Recapitulando...



1. De acordo com o texto Ver é Aprender, por que era importante que se pintasse retratos de pessoas ou de fatos que transmitissem a ideia de algo ou de alguém grandioso, luxuoso, valente, corajoso e vitorioso?

2. De acordo com o historiador Alfredo Boulos Júnior, por que D. Pedro II encomendou o quadro “Independência ou morte”?

3. Se um governo pode exaltar uma pessoa ou um acontecimento com um quadro, monumento ou homenagens, ele também pode “fazer desaparecer” a memória de uma pessoa, de um fato ou de um acontecimento?

4. Em sua opinião como um governo ou um governante pode “apagar” a importância de uma pessoa, de um fato ou de um acontecimento?

5. A imagem desses governantes nos passa alguma mensagem? Qual?



www.portaisaofrancisco.com.br



www.portaisaofrancisco.com.br

Você sabe o nome das pessoas das imagens? Vire a página e descubra.

D. Pedro I - D. Pedro II.



Pano de boca utilizado na representação da coroação de D. Pedro I, Imperador do Brasil, no Rio de Janeiro em 1822, de autoria de Jean-Baptiste Debret.



### Debret - Pano de Boca - Elementos importantes:

O trono é ocupado por uma figura feminina, representando a monarquia, coroada, caracterizada com as novas cores do Império e trazendo nas mãos as tábuas da Constituição, promulgada somente em 1824. A alegoria no centro substitui o príncipe e reforça a ideia de um novo governo baseado nas leis e não mais na figura absoluta do monarca.

No alto, a esfera celeste com a inicial “P” do novo soberano D. Pedro, coroada e sustentada por figuras aladas que identificam a Independência do Brasil perante Portugal. As figuras aladas compartilham o espaço com a rica vegetação brasileira: palmeiras ao fundo, frutas tropicais e produtos símbolos do comércio, como o café e a cana-de-açúcar, ao chão, compondo o cenário real do novo Brasil independente.

Branco, negro e índio, unidos e armados com foices, machados e armas de fogo, defendem a nova terra. Os índios aparecem unidos aos soldados. Branco alia-se aos negros prontos para a colheita e derrubada das matas, simbolizando as promessas de desenvolvimento. Crianças brancas e negras são apresentadas, simbolizando o futuro do Brasil.

**GLOSSÁRIO:** Pano de Boca - tela de tecido que cobre a frente do palco e se levanta ao começar a representação.

1. Observe a pintura feita no **pano de boca\*** do Teatro São João para a coroação de D. Pedro I.

Leia o texto **Debret - Pano de Boca - Elementos importantes** e responda:

a) Qual a mensagem que o artista quis passar sobre o novo governo, quando coloca um trono com uma figura feminina segurando a Constituição?

.....

.....

b) Qual o significado da letra “P” que aparece acima do trono?

.....

.....

c) Em sua opinião, por que a letra “P” foi desenhada nesse local e não abaixo ou ao lado do trono?

.....

.....

d) O que representam as palmeiras, as frutas tropicais e a vegetação que aparece na cena ?

.....

.....

e) Na cena, aparecem pessoas? O que elas estão representando?

.....

.....

f) Em sua opinião, por que a mulher e a criança negra estão carregando um machado e uma foice?

.....

.....

g) Em parte da cena, embaixo, aparece um barco carregado com sacos de produtos como café e cana de açúcar. Por que Debret pintou esses elementos?

.....

.....

h) Em sua opinião qual o significado do soldado que aparece no canto esquerdo da tela?

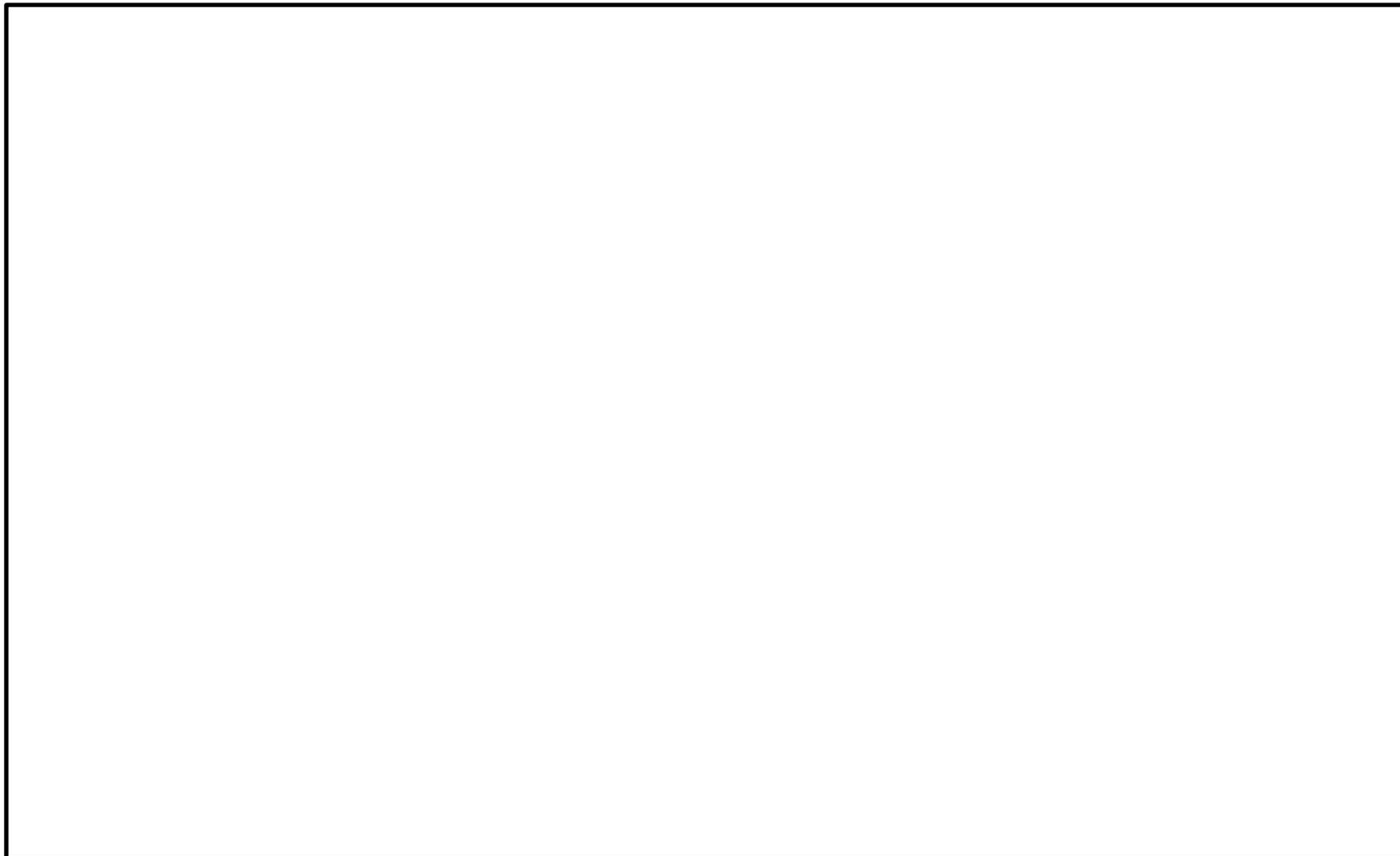
.....

.....

## ATIVIDADE: HISTÓRIA + ARTES

Você conheceu a obra criada por Debret para representar um Brasil idealizado do século XIX, na coroação do imperador D. Pedro I.

Sua tarefa agora é criar sua própria obra com desenhos ou recorte e colagem de figuras de revistas ou de imagens da internet que, em sua opinião, represente o Brasil que você vive hoje. Combine outros detalhes da produção com seu Professor(a). Boa produção!



## A DISPUTA ENTRE OS GRUPOS CONTRÁRIOS E A FAVOR DA INDEPENDÊNCIA



A proposta de separação de Portugal foi aceita pelas Câmaras Municipais do Rio de Janeiro, de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Pernambuco relutou durante algum tempo. Por causa das dificuldades de comunicação, Goiás e Mato Grosso só prestaram juramento de fidelidade ao Império em janeiro de 1823. No Piauí, a Câmara Municipal discutia se era mais vantagem permanecer fiel a Lisboa, visto que as províncias do norte teriam maiores vantagens na união com Portugal do que com o Rio de Janeiro, pois as comunicações eram mais fáceis com Lisboa e os bens que produziam seriam vendidos mais facilmente em Portugal do que no Rio de Janeiro. Para o Partido Português do Piauí, caso a província aderisse a D. Pedro, estaria trocando a dependência de Portugal pela do Rio de Janeiro, que lhe parecia menos vantajosa.

Assim, Pará, Maranhão, Piauí e Ceará, além de parte da Bahia e da Província Cisplatina, resolveram permanecer leais a Portugal e contrárias à adesão ao governo do Rio de Janeiro. D. Pedro I contratou oficiais e soldados estrangeiros (mercenários), que, com apoio de grupos populares, combateram as províncias contrárias ao governo imperial. Essas províncias foram derrotadas e incorporadas ao Império no final de 1823.

A maioria das batalhas não se resume a um propósito. E, às vezes, um mesmo lado da disputa abriga diferentes objetivos. Na Bahia, os escravos foram recrutados para lutar a favor da Independência. Mas esses soldados, escravos, buscavam mais do que livrar o Brasil do domínio de Portugal. Empunharam armas na esperança de usar seus serviços de guerra como moeda de troca para obterem a alforria.

### Recapitulando...

1. A declaração de independência foi suficiente para a formação da unidade política do império brasileiro liderado pelo imperador Pedro I? Por quê?

.....  
.....  
.....

2. Além de interesses políticos locais que outro fator pesava na decisão das províncias mais afastadas da região centro-sul?

.....  
.....  
.....

3. Apesar de lutarem a “favor da independência”, qual o principal objetivo dos escravos recrutados para as guerras?

.....  
.....  
.....

# O PRIMEIRO REINADO

Com a Independência, o Brasil tornou-se uma **monarquia, governada por um imperador**.

O **primeiro imperador** do Brasil foi **D. Pedro I** e seu período de governo foi chamado de **Primeiro Reinado** (1822-1831).

Para organizar o novo Estado, D. Pedro I convocou uma **Assembleia Constituinte** para elaborar a **Constituição** do Império do Brasil.

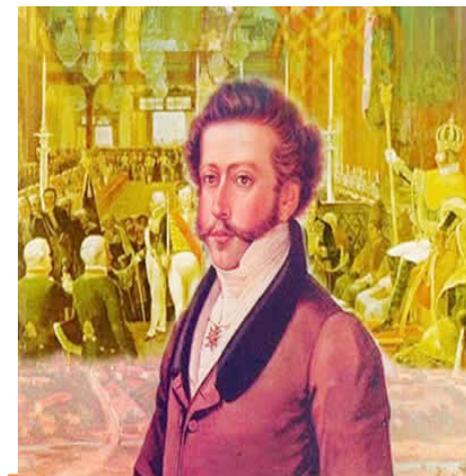
Em maio de 1823, foi instalada, no Rio de Janeiro, a Assembleia Constituinte. Dela participavam proprietários rurais, advogados, juizes, religiosos, militares e funcionários públicos. Todos tornavam-se deputados constituintes.



Aclamação de D. Pedro I, litografia aquarelada de Debret, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Em novembro de 1823, após muitas desavenças entre os deputados e o imperador, D. Pedro achou que o projeto de constituição era contrário aos seus interesses. A **Assembleia Constituinte foi cercada por tropas imperiais e dissolvida**.

D. Pedro I convocou, então, um Conselho para reformular o projeto constitucional existente. A nova **Constituição**, aprovada pelo imperador em 1824, fortalecia o seu poder. Ela limitava a participação da “**boa sociedade**” na vida política do país. O imperador passou a exercer, além do poder **EXECUTIVO**, o poder **MODERADOR** que lhe dava o direito de escolher juizes e ministros, nomear os presidentes das províncias e aprovar ou não decisões da Câmara.



A Constituição de 1824 fortalecia o poder autoritário do imperador.

## GLOSSÁRIO:

**litografia** - processo de gravar sobre pedra calcária ou sobre placa de metal;

**Assembleia Constituinte** - reunião de pessoas escolhidas pelo povo ou por governantes para elaborar uma Constituição;

**Constituição** - lei suprema de um Estado, que contém normas relativas à formação dos poderes públicos, forma de governo, direito e deveres dos cidadãos e do governo etc;

**boa sociedade** - termo usado na época para referir-se a grandes proprietários de escravos e de terras, altos funcionários e comerciantes.

## DIREITOS CIVIS E DIREITOS POLÍTICOS NA CONSTITUIÇÃO DE 1824

A Constituição Política do Império do Brasil foi outorgada no ano de 1824.

Segundo a Constituição de 1824, todo indivíduo livre, que tivesse nascido no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, era **cidadão brasileiro**. Sendo assim, tinham garantidos seus **direitos civis**.

A Constituição fazia distinção entre **cidadãos** e **cidadãos ativos**. Somente os **cidadãos ativos** estavam capacitados para eleger os membros do Poder Legislativo. As eleições eram indiretas e censitárias. Somente poderiam votar cidadãos que tivessem renda mínima anual de cem mil réis e eram chamados de **votantes**. Os **eleitores de província**, que elegiam os deputados e senadores, eram aqueles que tivessem duzentos mil réis de renda. **Votantes** e **eleitores de província** eram **cidadãos ativos** e detentores de **direitos políticos**.

### Constituição de 1824

[...]

Art. 98. O PODER MODERADOR é a chave de toda a organização política, e é delegado privativamente ao Imperador (...) para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos demais poderes políticos (...) dissolvendo a Câmara dos Deputados nos casos em que o exigir a salvação do Estado.

Os poderes que a Constituição dava ao Imperador provocaram um grande descontentamento na sociedade brasileira, principalmente nos elementos da chamada “boa sociedade (grandes proprietários de escravos e terras, funcionários, comerciantes). Além disso, a nova Carta manteve propostas do projeto constitucional de 1823: importantes decisões nacionais continuariam sendo tomadas no Rio de Janeiro, em detrimento das demais províncias.

Visite a



### GLOSSÁRIO:

**outorgada** - constituição que é imposta, decorre do sistema autoritário;

**voto censitário** - baseado na renda do eleitor.

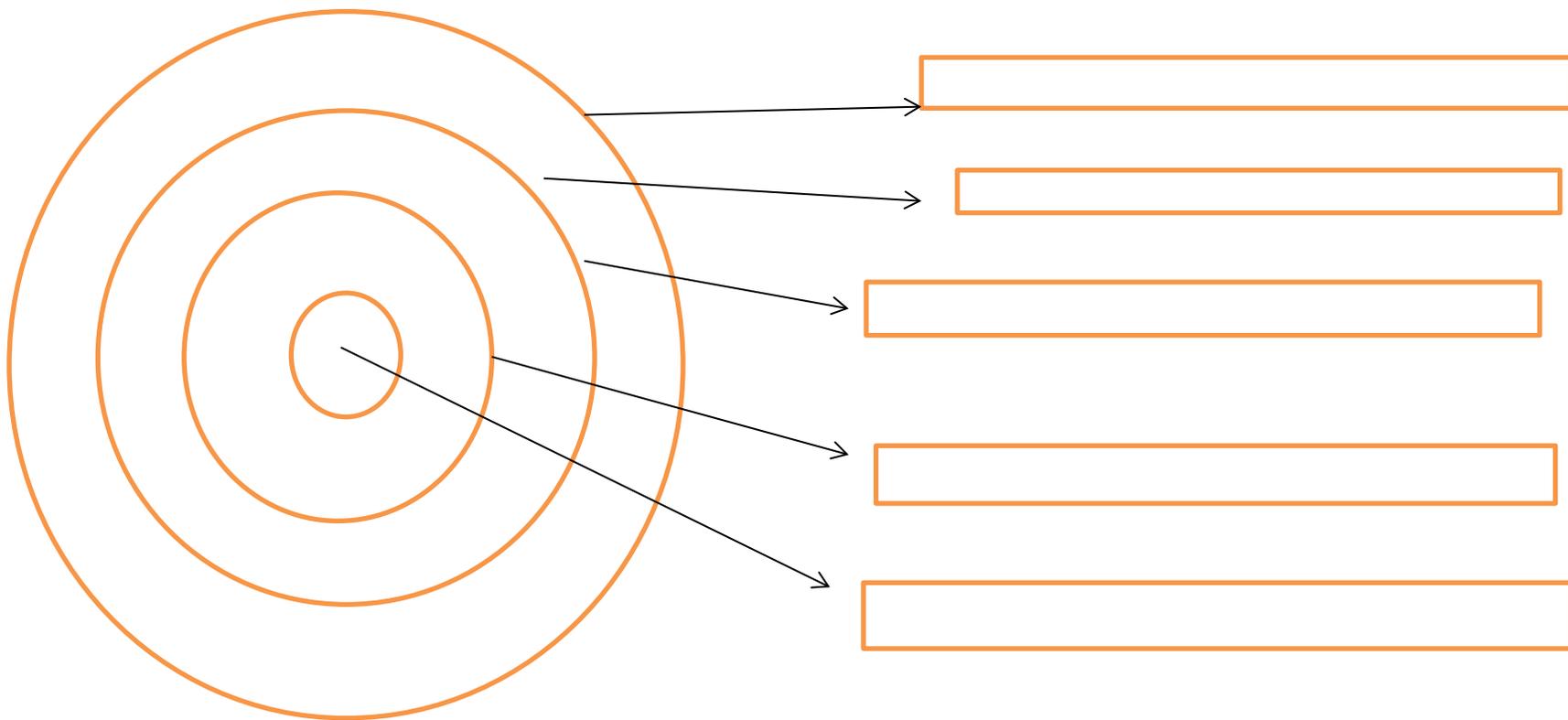




# Recapitulando...

Tendo como referência o texto da página anterior e pensando no conjunto da população brasileira do século XIX, em relação aos direitos políticos e à densidade populacional (na proporção da maior para a menor quantidade), preencha o diagrama abaixo com os seguintes dados:

**Votantes - Cidadãos - Eleitores de Província – Habitantes do Império do Brasil - Escravos ou Não Cidadãos**





# A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR - 1824

Em julho de 1824, teve início a Confederação do Equador, movimento que pretendia reunir as províncias de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba em um regime republicano confederativo. Um de seus principais líderes foi o frei Joaquim do Amor Divino Rabelo, conhecido como **Frei Caneca**.



Crítico do governo de D. Pedro I, Frei Caneca lançava, através de seu jornal, pesados ataques à Constituição de 1824. O primeiro alvo era o autoritarismo, presente no excessivo poder conferido ao imperador, representado pelo PODER MODERADOR. O outro era a centralização, que negava autonomia às províncias, tornando-as dependentes do poder central.

Para os pernambucanos, a opressão e a exploração do período colonial continuavam, só que agora vinham da capital imperial, chamada, ironicamente, de “nova Lisboa”. A repressão do governo imperial à Confederação do Equador foi violenta e seus principais líderes foram condenados à morte, inclusive Frei Caneca.

Atividades:

1. Que críticas os participantes da Confederação do Equador faziam ao governo imperial?

.....  
.....

2. Que semelhanças você observa entre a Confederação do Equador de 1824 e a Revolução Pernambucana de 1817 que estudamos nas páginas 19 e 20?

.....  
.....  
.....



Frei Caneca .

## A QUESTÃO CISPLATINA - 1825



Em 1821, uma nova província foi incorporada ao império. Era a Província Cisplatina.

Um movimento surgido em 1825 defendia a independência da Província Cisplatina, ao mesmo tempo que alguns de seus líderes defendiam sua incorporação à República das Províncias Unidas do Rio da Prata (atual Argentina).

O conflito, que se estendeu por quase três anos, terminou com a intervenção da Inglaterra. Os ingleses promoveram as negociações que terminaram em um acordo de paz. A Província Cisplatina tornou-se independente em agosto de 1828. É a atual República do Uruguai.

Esse conflito terminou de forma desastrosa para o império brasileiro. Além de perder a Cisplatina, acumulou novas dívidas.



ptax.dyndns.org

Coordenadoria de Educação

# Recapitulando...



A partir do que você leu sobre a Confederação do Equador e a Guerra da Cisplatina, responda:  
Por que esses conflitos desgastaram ainda mais o governo do imperador D. Pedro I?

---

---

---

História - 8.º Ano  
3.º BIMESTRE / 2013



**FIQUE LIGADO!!!**



## O CÓDIGO CRIMINAL DE 1830

www.multirio.rj.gov.br



O Código Criminal do Brasil foi sancionado\* no dia 16 de dezembro de 1830. Enquanto a Constituição de 1824 estabelecia os direitos e deveres apenas dos cidadãos brasileiros, o Código Criminal determinava os crimes e as penas de todos os habitantes do Império.

O Código Criminal tinha a intenção de assegurar a ordem social do país e vigorou por 60 anos.

Estabelecia como tipos de crimes:

- os **públicos**, entendidos como aqueles contra a ordem política instituída (o Império e o imperador). Dependendo da abrangência, seriam considerados revoltas, rebeliões ou insurreições\*;
- os **particulares**, praticados contra a propriedade ou contra o indivíduo; como homicídio, ferimentos e ofensas públicas, entrada em casa alheia etc;
- os **policiais**, contra a religião, a moral e os bons costumes - incluíam-se os vadios, os capoeiras\* e as sociedades secretas. O crime de imprensa era também considerado um crime policial.

Existiam várias punições possíveis no Código Criminal. Nessas punições constavam desde a perda e suspensão do emprego, o pagamento de multas, o desterro, o banimento e degredo até a prisão simples ou trabalhos forçados. Os castigos corporais como o açoite com chibata ou a prisão com ferros, suspensos para os homens livres, foram mantidos para os escravos, além da pena de morte, prevista em crimes de insurreição contra a autoridade do senhor e sua família.

### GLOSSÁRIO:

**sancionar** – aprovar;

**insurreições** – o crime de insurreição, no Código Penal de 1830, penalizava com pena de morte os escravos que tentassem obter sua liberdade por meio da força, bem como terceiros que os auxiliassem na consecução de seus intentos;

**capoeiras** - designa o jogo ou os praticantes de capoeira. Seus participantes, geralmente de origem africana, passaram a ser associados no período colonial e imperial a escravos fugidos, vadios, desordeiros e até mesmo assassinos perigosos;

**açoite** - instrumento feito com tiras de couro , tendo, às vezes, extremidades pontiagudas, com o objetivo de ferir.

## Recapitulando...

1. De acordo com o texto, qual a diferença entre o Código Criminal e a Constituição do Império?

.....  
.....  
.....

2. Escreva três características do Código Criminal Brasileiro de 1830.

.....  
.....  
.....

3. Podemos afirmar que as punições do Código Criminal eram mais rigorosas para escravos do que para os libertos? Por quê?

.....  
.....  
.....

4. Por que a prática da capoeira era considerada crime nesse período?

.....  
.....  
.....

5. Que práticas do Código Criminal de 1830 hoje não são mais utilizadas pela Justiça?

.....  
.....  
.....





## A POLÍTICA INGLESA E O TRÁFICO NEGREIRO

A pressão do governo inglês fez Portugal reconhecer a independência do Brasil em agosto de 1825. Em 1827, os britânicos conseguiram renovar os tratados comerciais de 1810, muito vantajosos para eles. Também estabeleceram um prazo para o Brasil extinguir o tráfico negreiro. D. Pedro, mesmo contrariando os interesses dos grandes proprietários de escravos e de terras, comprometeu-se a acabar com a escravidão.



historianoaemfoco.com.br

### Como surgiu a expressão “para inglês ver”?

Ao que parece, a expressão pode ter surgido quando o Governo Regencial do Brasil, atendendo às pressões da Inglaterra, promulgou, em 1831, uma lei proibindo o tráfico negreiro. Declarava, assim, livres, os escravos que chegassem aqui e punia severamente os importadores. Mas, como o sentimento geral era de que a lei não seria cumprida, teria começado a circular na Câmara dos Deputados, nas casas e nas ruas, o comentário de que o ministro Feijó fizera **uma lei só para inglês ver**.

### Recapitulando...

1. Por que a lei de 1831, que proibia o tráfico negreiro, nunca foi cumprida no Brasil?

.....  
.....

2. O que significa a expressão “para inglês ver”?

.....

### CAUSAS DA PERDA DE POPULARIDADE DE D. PEDRO I

O declínio das exportações dos produtos agrícolas no mercado internacional ampliou a crise econômica.

A assinatura de tratados comerciais, principalmente com a Inglaterra, que não favorecia os interesses brasileiros. O país importava mais do que exportava, o que provocava um déficit na balança comercial brasileira (prejuízo).

As decisões políticas durante a Confederação do Equador.

As despesas com conflitos internos e externos, como a Guerra da Cisplatina, acentuaram a fragilidade das finanças brasileiras.

A pressão inglesa pelo final do tráfico negreiro descontentava os grandes proprietários de terra.

O envolvimento do imperador com a sucessão do trono no Reino de Portugal provocava temor e insatisfação entre os políticos brasileiros.



## E O IMPERADOR VOLTOU PARA PORTUGAL

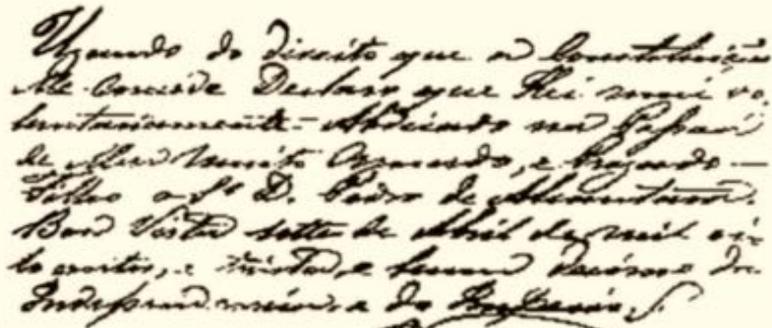
D. Pedro I tornou-se herdeiro do trono português quando Dom João VI morreu, em 1826. Isso criou entre os brasileiros o temor com a possibilidade de uma nova união com Portugal. Procurando contornar tal situação, o imperador renunciou ao trono português em favor de sua filha, Maria da Glória.

A Revolução Liberal que eclodiu na França em 1830, contrária ao absolutismo monárquico, teve grande repercussão no Brasil. Os principais jornais, favoráveis ao liberalismo, faziam fortes críticas às tendências absolutistas do imperador. O jornalista Líbero Badaró, do jornal O Observador Constitucional, reconhecido crítico do imperador, foi assassinado. Isso intensificou os conflitos entre os adeptos do imperador e aqueles que lhe eram contrários.

### A abdicação do imperador

No início de abril de 1831, D. Pedro I formou um novo ministério, composto, em sua maioria, de brasileiros, por conta do aumento das manifestações contra seu governo. No entanto, as agitações políticas continuaram e por ocasião de uma manifestação organizada no Campo de Santana, no Rio de Janeiro, as tropas enviadas pelo governo para dispersá-la acabaram apoiando os manifestantes.

No dia 7 de abril de 1831, D. Pedro I renunciou ao trono do Império do Brasil, em nome de seu filho e herdeiro, Pedro de Alcântara, na época, com apenas cinco anos de idade e voltou para Portugal.



Quando do direito que a Constituição me concede, declaro que hei muito voluntariamente abdicado na pessoa de meu muito amado e prezado filho o Senhor D. Pedro de Alcântara. – Boa Vista, sete de abril de mil oitocentos e trinta e um, décimo da Independência e do Império.



**“Usando do direito que a Constituição me concede, declaro que hei muito voluntariamente abdicado na pessoa de meu muito amado e prezado filho o Senhor D. Pedro de Alcântara. – Boa Vista, sete de abril de mil oitocentos e trinta e um, décimo da Independência e do Império.”**

Termo de Abdicação de D. Pedro I

## O PERÍODO REGENCIAL (1831/1840)

Como D. Pedro de Alcântara estava impedido de governar devido à sua idade, a Constituição de 1824 determinava que o Império deveria ser governado por uma Regência até a maioridade (18 anos) do novo imperador.

Muitos brasileiros entendiam que, com a Regência, chegara a hora de organizar o império de acordo com seus interesses, sonhos e expectativas. Eles queriam dirigir o novo país. Quase todos defendiam a continuação da Monarquia, mas havia também os que achavam melhor a forma republicana de governo, seguindo o exemplo dos EUA e mesmo dos países da América espanhola.

Entre os que defendiam a Monarquia, alguns continuavam defendendo que o centro de decisões deveria ser o Rio de Janeiro – eram os defensores da Monarquia unitária; outros defendiam uma Monarquia federativa, isto é, um poder maior para os grupos políticos das diferentes províncias do Império. Havia os que julgavam que chegara a hora de pôr fim ao trabalho escravo, mesmo que gradualmente. Outros achavam que o Império não poderia existir sem a escravidão.

Assim, o Período Regencial foi caracterizado pela existência de diferentes projetos políticos e sociais. As discussões entre os defensores desses projetos nem sempre ficaram restritas aos políticos, envolvendo um maior número de pessoas da boa sociedade assim como pessoas da plebe e escravos, nas ruas e praças das principais cidades do Império. Em diversos pontos do Império, a eclosão de revoltas revelava os projetos e sonhos dos diferentes grupos da sociedade, assim como sua decepção com o governo do Rio de Janeiro.

Visite a



O príncipe Pedro de Alcântara, futuro D. Pedro II.



Câmara dos Deputados: centro das disputas políticas do Período Regencial.





## OS GRUPOS POLÍTICOS ENTRE 1831 E 1834

### LIBERAIS EXALTADOS



Defendiam o federalismo. Isto é, a maior autonomia política das províncias.



### LIBERAIS MODERADOS



Defendiam a centralização política do país pelo governo do Rio de Janeiro, sem a volta de D. Pedro I.



### RESTAURADORES



Defendiam a volta de D. Pedro I ao governo do Império e a monarquia unitária (ou centralizada).



- A grande maioria dos liberais defendia a Monarquia Constitucional, a continuidade do trabalho escravo e a manutenção da grande propriedade rural.
- As ideias defendidas pelos diferentes grupos políticos eram apresentadas em jornais e panfletos.
- Após a votação do Ato Adicional à Constituição e a morte de D. Pedro I em Portugal, em 1834, esses grupos políticos desapareceram.

## AS REGÊNCIAS TRINAS

A Assembleia Geral elegeu três regentes para assumir o Poder Executivo, mas os regentes não poderiam exercer as atribuições do Poder Moderador. Nesse período, se destacou, como homem forte do governo regencial, o padre Diogo Antônio Feijó. Ministro da Justiça, durante esse período, sofreu forte oposição dos liberais exaltados e dos restauradores.

### A criação da Guarda Nacional

Uma rebelião dos liberais exaltados, em julho de 1831, no Campo de Santana, centro do Rio de Janeiro, teve o apoio de soldados do exército e membros da polícia.

Com o objetivo de reprimir essa rebelião, Diogo Antônio Feijó criou uma força especial, recrutada entre os grandes proprietários de terras e escravos do Rio de Janeiro.

O êxito nesse episódio levou à criação da Guarda Nacional, uma força civil. Houve a adesão de outras províncias, em especial do nordeste. Os confrontos políticos desse período, no entanto, permitiram a aprovação de algumas medidas liberais, pois, para se manterem no poder, que ocupavam desde o início do período regencial, os moderados fizeram um governo compromissado com outros grupos políticos.



mundoeducacao.com.br

A Guarda Nacional, instituída pela ação do ministro Diogo Antônio Feijó, em 1831.



## AS REVOLTAS DURANTE O PERÍODO REGENCIAL

A independência e a abdicação de D. Pedro I **em nada melhoraram** as condições de vida da grande maioria da população e transformaram o Brasil num verdadeiro “**vulcão da anarquia**”, provocado por diferentes setores da sociedade, como a “boa sociedade” (Guerra dos Farrapos), a população mais pobre (Cabanagem) e os escravos (Revolta dos Malês), por exemplo.



www.multifrio.rj.gov.br



passelweb.com

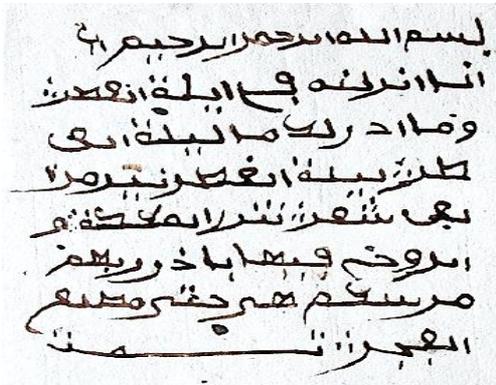
Bento Gonçalves, líder da Guerra dos Farrapos.



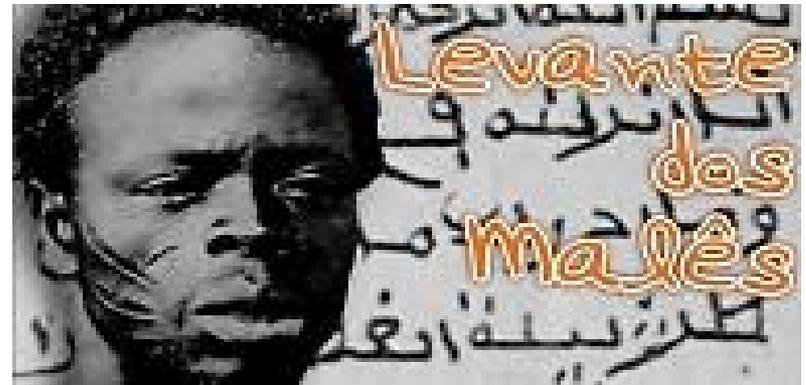
Memorial da Cabanagem, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer.

skyscrapercity.com

## A REVOLTA DOS MALÊS - Bahia: 1835



Escritos árabes.



Africanano nagô que pode ser identificado pelas marcas étnicas no rosto.

A Revolta dos Malês ocorreu em Salvador, na província da Bahia, em 1835, envolvendo escravos e libertos. Malês era o nome dado aos africanos muçulmanos na Bahia do século XIX.

Desde fins do século XVIII, ainda sob a dominação portuguesa, eram frequentes as insurreições negras na Bahia. Durante o período regencial, as ações repressivas das autoridades locais ampliaram o descontentamento da população escrava e liberta. Temos como exemplos, a interrupção do Lailat al-Miraj (festa islâmica) e a destruição da *mesquita* da Vitória. Mas havia outras razões para o descontentamento da população humilde, como o fato de os escravos africanos que se tornaram libertos não terem direitos políticos, o que lhes dificultava a ascensão social.

A revolta foi severamente reprimida pelas autoridades do Império. Mais de 500 pessoas foram punidas com açoites, prisões e deportações. E dos 16 africanos, condenados à morte, foram executados três escravos e um liberto, todos nagôs. Eles foram fuzilados, pois ninguém se dispôs a ser o algoz do enforcamento, conforme determinava o Código Criminal.

Releia o texto da página 33 e responda por que os libertos de origem africana não tinham direitos políticos.

---

---

---

---

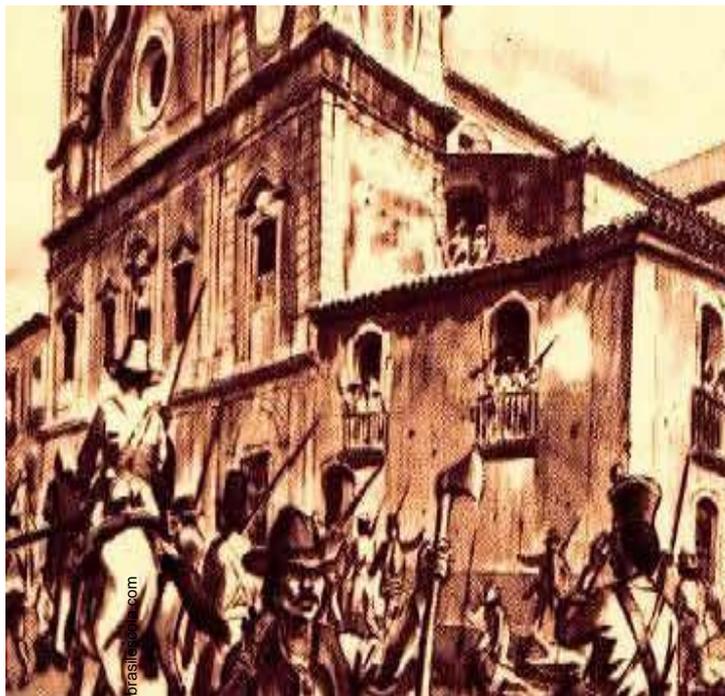
### GLOSSÁRIO:

**insurreição** - rebelião;

**nagôs** - povos que vivem no sudoeste da Nigéria e no sudeste da República do Benim.

## A CABANAGEM – Pará: 1835 - 1840

A Cabanagem foi uma revolta que ocorreu na província do Grão Pará (atuais estados do Amazonas e Pará). O nome cabanos refere-se à população pobre formada por índios, negros e mestiços muitos dos quais moravam em cabanas nas margens dos rios. O governo regencial nomeou, para presidente da província do Grão Pará, Bernardo Lobo de Sousa. Seu governo autoritário logo fez crescer a oposição. Após uma conspiração, o governador foi assassinado (janeiro de 1835). Os rebeldes ocuparam Belém, defendendo a criação de uma república.



Gravura representando a dominação dos cabanos na cidade de Belém, capital do Pará.

Contrariando as expectativas, alguns proprietários de terras decidiram apoiar o novo governante da província. Com a radicalização da revolta e a repressão, os líderes se refugiaram no interior, onde buscaram apoio das populações locais, os cabanos.

Em agosto de 1835, os cabanos ocuparam a cidade de Belém, declarando a separação do Império e criando um governo republicano.

Os grupos dominantes locais ficaram assustados devido à grande participação da população pobre nessa rebelião. Uma esquadra do governo imperial foi enviada para ocupar o porto de Belém e dominar a cidade. Os revoltosos foram perseguidos por toda a província e, ao final do conflito, havia cerca de 30 mil pessoas mortas.



# A GUERRA DOS FARRAPOS - Rio Grande do Sul: 1835-1845



brasilescola.com

A economia da província Riograndense se baseava na pecuária e na produção de charque, um tipo de carne salgada. O governo regencial, a fim de manter baixo o preço do produto, muito consumido no país inteiro, reduziu as taxas de importação. Isso favoreceu os produtores de charque da Argentina e do Uruguai. Os produtores da província gaúcha se sentiram prejudicados.

No dia 20 de setembro de 1835, os estancieiros gaúchos depuseram o presidente da província, nomeado pelo governo regencial e proclamaram a República Riograndense, comandados por Bento Gonçalves.

Em 1839, os rebeldes atacaram Santa Catarina e proclamaram a República Juliana, sob o comando de Giuseppe Garibaldi. O nome da República se deve ao fato da proclamação ter ocorrido no mês de julho.

O Barão de Caxias, Luís Alves de Lima e Silva, começou um processo de negociação com os estancieiros quando assumiu a presidência da província em 1842.

Em 1845, o acordo de paz foi assinado, o governo regencial concordou em elevar as taxas de importação do charque e os escravos que lutaram do lado dos rebeldes foram libertos.

Visite a



## GLOSSÁRIO:

**charque** – carne bovina, salgada e seca;

**estancieiros** - donos de estância (fazenda destinada à cultura da terra e à criação de gado).

## A SABINADA - Bahia: 1837-1838



brasilescola.com

Ao contrário da maioria das revoltas populares, ocorridas durante o mandato da Regência, a Sabinada tinha, a princípio, um caráter mais emancipatório e contava com a adesão apenas das camadas médias da população da Bahia, como literatos e intelectuais da província.

Liderada pelo médico Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, que deu origem ao nome da revolta, a Sabinada tinha como objetivo criar uma república independente na Bahia. Os sabinos estavam revoltados com o governo autoritário da Regência, principalmente após o recrutamento obrigatório, imposto pelo governo regencial para combater os manifestantes da Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul. Isso era visto como um ato arbitrário do governo regencial.

A revolta, liderada por Sabino, provocou represálias por parte do governo central. Para tomar de volta o estado separatista e expulsar os sabinos do poder, o governo ordenou que tropas militares cercassem a província por terras e mares. A mobilização contou com o apoio dos senhores de engenho baianos, que não aderiram à Sabinada.

A resposta da regência fez com que mais de mil pessoas morressem em combate durante o período da Sabinada, que durou de novembro de 1837 a março de 1838. O exército chegou a matar três líderes da Sabinada, mas seu mentor, Francisco Sabino, conseguiu a pena de desterro e foi enviado para o Mato Grosso, local onde permaneceu até o fim da vida.

### GLOSSÁRIO:

**pena de desterro** – punição em exílio, banimento.

Visite a



## A BALAIADA - Maranhão: 1838-1841



portalsaofrancisco.com.br

A Balaiada foi uma revolta que eclodiu na província do Maranhão, entre os anos de 1838 a 1841. Recebeu esse nome devido ao apelido de uma das principais lideranças do movimento, Manoel Francisco dos Anjos Ferreira, o "Balaio" (ele fazia cestos, objetos de palha).

As causas da revolta estão relacionadas às condições de miséria e opressão a que estava submetida a população pobre da região. Nessa época, a economia agrária do Maranhão atravessava um período de grande crise. A principal riqueza produzida na província, o algodão, sofria forte concorrência no mercado internacional e, com isso, o produto perdeu preço e compradores no exterior.

Mesmo não sendo cuidadosamente preparada e sem possuir um projeto político definido, a Balaiada eclodiu em 1838. Os balaio conseguiram tomar a cidade de Caxias, uma das mais importantes do Maranhão, em 1839, onde organizaram um governo provisório. Foi também nessa fase da revolta que surgiram novos líderes, como o negro Cosme Bento, líder de um quilombo que reunia cerca de 3 mil escravos fugitivos, e o vaqueiro Raimundo Gomes.

Forças militares enviadas pelo Governo Imperial ficaram sob o comando do coronel Luís Alves de Lima e Silva. O combate aos balaio foi bastante violento. O movimento de revolta foi contido em 1841. Cerca de 12 mil sertanejos e escravos morreram nos combates. A vitória sobre a Balaiada levou o coronel Luís Alves de Lima e Silva a ser condecorado pelo imperador com um título de nobreza: Barão de Caxias.



## Recapitulando...



1. Leia os textos sobre as revoltas ocorridas no Período Regencial e preencha o quadro abaixo.

	QUANDO OCORREU?	ONDE OCORREU?	LÍDERES	POR QUE OCORREU?	COMO TERMINOU?	CONSEQUÊNCIAS
Revolta dos Malês						
Cabanagem						
Guerra dos Farrapos						
Sabinada						
Balaiada						



## O ATO ADICIONAL E OS NOVOS GRUPOS POLÍTICOS

O Ato Adicional de 1834 modificou alguns pontos da Constituição de 1824. Foi uma lei que transformou a Regência Trina em Regência Una. Passamos a ter, apenas, um regente. O Ato manteve a monarquia centralizada e o Poder Moderador. Extinguiu o Conselho de Estado e criou as Assembleias Legislativas das províncias.

Entre 1836 e 1837 surgiram novos grupos políticos, os **Regressistas**, que diziam que a anarquia vivida pelo Império resultava das decisões do Ato Adicional, que ameaçava a continuidade da escravidão. Para restabelecer a **ordem política e social** diziam ser necessário *regressar* à política anterior ao Ato Adicional (daí o nome regressistas). Defendiam, assim, a Monarquia unitária (ou centralizada) e a escravidão. Seu principal representante era Bernardo Pereira de Vasconcelos. Os **Progressistas** eram aqueles que se opunham às propostas dos regressistas. A partir de 1840, os regressistas passam a ser chamados de **Conservadores** e os progressistas de **Liberais**.

Diogo Feijó foi eleito regente em 1835, ano em que voltou ao poder. Nesse período, ocorreram várias rebeliões. O desgaste político levou-o a renunciar em 1837. Seu sucessor foi Pedro de Araújo Lima, que se manteve até julho de 1840, quando o Partido Liberal deu um golpe no Partido Conservador: o Golpe da Maioridade.



### O GOLPE DA MAIORIDADE

Pretendendo voltar ao governo, os Progressistas ou Liberais iniciaram uma campanha a favor da antecipação da maioridade de Pedro de Alcântara, príncipe herdeiro do trono do Império do Brasil. O objetivo dessa campanha era retirar os conservadores do poder.

Pela Constituição em vigor, o príncipe só poderia assumir o trono quando completasse 18 anos, em 2 de dezembro de 1843.

No dia 23 de julho de 1840, foi aprovada a antecipação da maioridade de Pedro de Alcântara, que, com apenas catorze anos, tornou-se imperador do Brasil.



Leia as quadrinhas ao lado e responda:  
O que a população pede na primeira estrofe?  
Que crítica é feita na segunda estrofe?



Coroação de Dom Pedro II.

Recapitulando...

*Queremos Pedro II,  
Ainda que não tenha idade.  
A nação dispensa a lei.  
Viva a Maioridade!*

*Por subir Pedrinho ao trono,  
Não fique o povo contente;  
Não pode ser coisa boa  
Servindo com a mesma gente.*

[http://www.multitric.rj.gov.br/historia/modulo02/tema61\\_1.html](http://www.multitric.rj.gov.br/historia/modulo02/tema61_1.html)

---

---

---

---

---

---

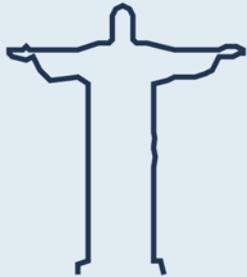
---

---

# Dicas de estudo



Pão de Açúcar



Cristo Redentor



Parque Madureira



Maracanã

- Tenha um espaço próprio para estudar.
- O material deve estar em ordem, antes e depois das tarefas.
- Escolha um lugar para guardar o material adequadamente.
- Brinque, dance, jogue, pratique esporte... Movimente-se! Escolha hábitos saudáveis.
- Estabeleça horário para seus estudos.
- Colabore e auxilie seus colegas em suas dúvidas. Você também vai precisar deles.
- Crie o hábito de estudar todos os dias.
- Consulte o dicionário sempre que precisar.
- Participe das atividades propostas por sua escola.
- Esteja presente às aulas. A sequência e a continuidade do estudo são fundamentais para a sua aprendizagem.
- Tire suas dúvidas com o seu Professor ou mesmo com um colega.
- Respeite a si mesmo, a todos, a escola, a natureza... Humanizar-se é uma condição necessária para o convívio em sociedade.

Valorize-se enquanto estudante da Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro. Ao usar seu uniforme, lembre-se de que existem muitas pessoas, principalmente seus familiares, trabalhando para que você se torne um aluno autônomo, crítico e solidário. Acreditamos em você!